



PROCESSO N.º : 194.212-3/2024
PRINCIPAL : FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JANGADA
ASSUNTO : APOSENTADORIA
INTERESSADA : ELIZABETH GUSMÃO DA SILVA
RELATOR : CONSELHEIRO GUILHERME ANTONIO MALUF

DECISÃO

Versam os autos sobre o pedido de registro do ato e da legalidade da planilha de proventos, que se refere à concessão de aposentadoria à **Sra. Elizabeth Gusmão da Silva**, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n.º 452.546.561-15, servidora efetiva no cargo de Professora, Classe “C”, Nível “09”, lotada quando em atividade na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Jangada-MT.

A 4ª Secretaria de Controle Externo, por meio do Relatório Técnico Complementar¹, concluiu pela regularidade dos presentes autos, bem como pelo registro da Portaria n.º 153/2024.

O Ministério Público de Contas, converteu a emissão de parecer no Pedido de Diligência n.º 29/2025², subscrito pelo Procurador de Contas Getúlio Veslasco Moreira Filho, suscitando a citação do Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jangada, para encaminhar a Declaração de Não Acúmulo de Benefícios Previdenciários, devidamente assinada pela servidora.

É o relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifico a necessidade de medidas corretivas pertinentes a legalidade da aposentadoria.

Verifico que a Declaração de Não Acúmulo de Benefícios Previdenciários não consta na documentação³ enviada pelo Fundo, sendo esta imprescindível para a análise do benefício, conforme os termos do art. 24, §4º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

¹ Doc. 571214/2025.

² Doc. 573334/2025.

³ Doc. 553589/2024.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO
Conselheiro Guilherme Antonio Maluf
Telefones: (65) 3613-7546 / 7542
E-mail: gab.guilhermemaluf@tce.mt.gov.br

Diante do exposto, defiro o pedido de diligência do Ministério Público de Contas e **determino a intimação** do Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jangada para que, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, proceda a correção elencada nesta decisão e/ou apresente justificativas que entender pertinentes.

Tribunal de Contas de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 27 de fevereiro de 2025.

*(assinatura digital)*⁴

Conselheiro GUILHERME ANTONIO MALUF

Relator

⁴ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

